

# DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO: A AMÉRICA DO SUL NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010)\*

André Luiz Reis da Silva\*\*

## Resumo

Este trabalho, que tem como objetivo identificar os interesses estratégicos do Brasil envolvidos nos processos regionais de integração, procura analisar o processo negociador e os principais temas na agenda integracionista, com foco no Mercosul e na construção da Unasul. Também se analisa a importância que este processo de integração tem nas relações latino-americanas e com os Estados Unidos, considerando os vários projetos em disputa. Neste contexto, trabalha-se com a hipótese de que a prioridade das relações com o Mercosul e as relações regionais como eixo central de inserção internacional do Brasil constitui um dos principais elementos de continuidade na política externa brasileira nas últimas duas décadas. Entretanto, mesmo com a manutenção do sentido estratégico das relações regionais, algumas mudanças podem ser percebidas, onde é perceptível o esgotamento das experiências neoliberais e um retorno dos princípios desenvolvimentistas no processo de integração e articulação com os países que tentam desenvolver uma política externa mais autônoma em relação aos centros hegemônicos. A pesquisa está baseada na análise da bibliografia especializada e de fontes documentais.

## Introdução

Nos últimos anos, tem sido crescente o aumento do interesse em temas sul-americanos no Brasil, em especial a os que envolvem a integração e a segurança do sub-continente. Tal fato está associado aos processos de integração, à maior visibilidade dos governos da região, em especial depois do “giro à esquerda” ocorrido na última década, bem como a uma maior percepção de que a inserção internacional do Brasil tem relação com a liderança no sub-continente.

De fato, o conceito e a política externa para a América do Sul foi ganhando espaço estratégico ao final do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e foi aprofundado

---

\* Trabalho apresentado no 7º Congresso Latino-Americano de Ciência Política, promovido pela ALACIP, em Bogotá/Colômbia, em setembro de 2013.

\*\* Doutor em Ciência Política (UFRGS/Brasil). Pós-Doutorado na School of Oriental and African Studies SOAS/University of London. Professor Adjunto de Relações Internacionais do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS. Agradeço o levantamento realizado nas bases de dados por Bruna Kunrath (IC-CNPq) e Kamila Dalbem Rodrigues (IC- FAPERGS) Contato: reisdasilva@hotmail.com

no governo Lula (2003-2010). Esse pode ser considerado um dos traços de continuidade mais marcantes entre os dois governos, que confere uma política de Estado de longo prazo ao projeto brasileiro e sul-americano.

Por outro lado, durante os anos 1990, verifica-se que o Mercosul foi, de fato, um contrapeso, e um espaço de concepção mais realista para a inserção do Brasil no sistema internacional. Nesse sentido, os paradigmas *kantiano* e *grosciano* não orientavam a política brasileira para o Mercosul, no qual o país procurou imprimir uma visão realista, com a diferença de poder devendo ser considerada nas relações internacionais. Tal visão também é revelada na postura brasileira de evitar compromissos supranacionais e na institucionalização nos processos de integração com os países que o Brasil considerava menos desenvolvidos. Para a política externa brasileira, o Mercosul conseguiu articular um espaço regional e com isso logrou o interesse de outros blocos econômicos, configurando um interlocutor respeitado tanto nos fóruns multilaterais quanto nos acordos bilaterais. Tal posição, além das perspectivas de crescimento, foi abrindo possibilidades de cooperação com os mais diversos blocos e países e o estabelecimento de parcerias estratégicas. Dessa forma, o Mercosul constituiu, para a política externa brasileira, um importante ponto de apoio nas negociações da Alca e um pólo de atratividade sobre outros países da América do Sul.

Já a América do Sul representou o passo seguinte na estratégia brasileira. Paradoxalmente, foi lançado com intensidade um projeto de integração do subcontinente exatamente em um período de crise do Mercosul e de fortalecimento das negociações da ALCA, no final da década de 1990. Nesse sentido, o governo brasileiro sinalizou que tinha uma proposta de integração mais horizontal e que fortaleceria o conjunto dos países participantes em qualquer processo negociador. Os resultados da reunião de Cúpula com os presidentes da América do Sul, ocorrida em 2000, sinalizam neste sentido.

A centralidade da América do Sul nos interesses diplomáticos brasileiros também está assentada na dimensão de segurança, onde a região amazônica é considerada a de interesse primordial. Por outro lado, processos políticos novos, envolvendo a crise do modelo neoliberal na região andina, sobretudo com a ascensão do governo Hugo Chávez na Venezuela, conferiu uma dinâmica nova do ponto de vista da integração. Assim, os temas/eixos centrais no relacionamento com a América do Sul durante o governo Fernando Henrique Cardoso constituíram a questão energética (Petróleo, gás natural e hidrelétrica), a integração (ALCA, fortalecimento e expansão do Mercosul e relacionamento com a Comunidade Andina), segurança (narcotráfico, fortalecimento dos sistemas de vigilância da Amazônia, e questões relacionadas à fronteira) e os temas e processos políticos na região. A

articulação desses eixos ficou por conta do grande projeto de integração física entre os países sul-americanos, que foi sendo implantado no governo Lula. Durante o governo Lula, os temas centrais representam uma continuidade do governo Cardoso, mas com uma importante mudança de ênfase. Os novos processos políticos que culminaram com a ascensão de governos de esquerda na região, a institucionalização da Unasul e a forte presença dos EUA na Colômbia conferiram novos contornos neste processo.

Assim, trabalha-se com a hipótese de que a prioridade das relações com o Mercosul e as relações regionais como eixo central de inserção internacional do Brasil constitui um dos principais elementos de continuidade na política externa brasileira nas últimas duas décadas. Entretanto, mesmo com a manutenção do sentido estratégico das relações regionais, esta ocorre em uma situação diferenciada, onde é perceptível o esgotamento das experiências neoliberais e um certo retorno dos princípios desenvolvimentistas no processo de integração e articulação com os países que tentam desenvolver uma política externa mais autônoma em relação aos centros hegemônicos.

Este artigo, que tem como objetivo identificar os interesses estratégicos do Brasil envolvidos nos processos regionais de integração, procurará analisar o processo negociador e os principais temas na agenda integracionista, com foco no Mercosul e na construção da Unasul.

### **1. O Brasil e a América do Sul: dominação ou hegemonia?**

A combinação de uma proximidade geográfica com o peso econômico brasileiro ocasionou uma desconfiança entre o Brasil e os países sul-americanos, alimentada pelas diferenças de língua, trajetórias sociopolíticas e características culturais. Entretanto, o fato de terem saído de ditaduras e retornado à ordem democrática na década de 1980 possibilitou uma aproximação entre todas as nações do subcontinente (FERREIRA, 2009).

A política externa brasileira para a região sul-americana é caracterizada por dois aspectos. O primeiro é ofensivo, uma vez que trata de construir capacidade coletiva de influência no cenário global com vistas a tornar as regras mais permeáveis aos interesses dos países do Sul. O segundo é defensivo, pois procura evitar que ações ocorridas nos interiores dos países vizinhos possam estimular atos unilaterais dos Estados Unidos (LIMA, 2005 *apud* FERREIRA, 2009, p. 111).

Com relação à dimensão institucional, os países da América do Sul encontram-se integrados em dois blocos principais, o Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e

Venezuela<sup>1</sup>) e o Pacto Andino (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru). É importante salientar que a assimetria econômica entre os países sul-americanos consiste no problema estrutural mais sério para uma integração efetiva, o que exige medidas compensatórias para as nações mais pobres. Outra adversidade reside na escolha destas medidas, pois devem ser, por um lado, satisfatórias para os países em dificuldade e, por outro, aceitáveis pelos de maior peso econômico (FERREIRA, 2009).

A dimensão do Brasil também é objeto de ponderação de Souto Maior (2006), segundo o qual é normal que um país com a dimensão do Brasil aspire a ter na cena internacional um peso maior do que aquele que possui atualmente. Neste âmbito, é ainda mais natural que, pelo seu peso relativo, se considere o “líder” da América do Sul. Esta idéia, por sua vez, caracteriza-se como motivo de preocupação e de ressentimento. De acordo com o autor, “Em tais circunstâncias, arrogar-se ostensivamente uma posição de liderança sul-americana será sempre contraproducente, ainda que procurar exercê-la na prática, não necessariamente o seja.” (MAIOR, 2006, p. 57).

O autor defende que, sem prejuízo dos esforços necessários para aprofundar e fortalecer o Mercosul, o Brasil deveria atuar bilateralmente, tratando de utilizar seu poderoso poder de atração. Isso significaria oferecer condições favoráveis de acesso ao mercado brasileiro para os vizinhos sul-americanos. “Tratar-se-ia, desta forma, de abandonar a idéia de um grande projeto sul-americano (...) em favor de uma aposta na capacidade de competição regional da economia brasileira” (MAIOR, 2006, p. 58). Este plano poderia contribuir para a formação de algum arranjo plurilateral sul-americano ou de esquemas sub-regionais de cooperação e integração, de modo que o Brasil tenderia a ser a peça-chave da aproximação regional, sem necessitar, pelo menos a curto prazo, de uma estrutura institucional ou do estabelecimento de um sistema multilateral de integração econômica na América do Sul em seu conjunto.

Apesar de não se ter conseguido formar uma personalidade latino-americana, outras iniciativas, mais limitadas, tiveram âmbito no plano sub-regional. Em 1969, assinou-se o Tratado da Bacia do Prata (Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai), e em 1978, o Tratado de Cooperação Amazônica (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela). O Brasil participou de ambos, o que colocou o país “como traço de união entre duas redes de cooperação sub-regional que, tomadas em conjunto, cobrem praticamente toda a América do Sul” (MAIOR, 2006, p. 52-53). Iniciava-se, então, a

---

<sup>1</sup> Paraguai ainda não ratificou a entrada na Venezuela no Mercosul (set. 2011)

iniciativa de regionalismo continental brasileiro, o sul-americanismo. Anos mais tarde, Luís Felipe Lampreia confirmava esta tese. Afirmou que o Brasil distanciou-se do pan-americanismo, focando-se no latino-americanismo, em especial a “um projeto pragmático de organização do espaço sul-americano” (LAMPREIA, 2000 *apud* MAIOR, 2006, p. 53).

O governo Lula fortifica esta idéia de regionalismo, buscando promover a aliança dos países sul-americanos a partir do Mercosul, o qual deveria ser aprofundado por meio da criação de uma política externa comum. Segundo Souto Maior,

A idéia-chave subjacente à nossa atual política regional é a construção de uma base continental tão ampla e sólida quanto possível, de modo a firmar a liderança brasileira na América do Sul, o que deveria facilitar, no âmbito mundial, o exercício de uma política de potência emergente. Ao adotarmos abertamente tal linha de conduta, afastamo-nos da prática tradicional brasileira de negar qualquer aspiração de liderança no subcontinente e aceitamos o risco de acirrar rivalidades e ressentimentos em relação ao Brasil (MAIOR, 2006, p. 54).

Para considerar as possibilidades de liderança e relacionamento do Brasil com os países vizinhos, Sean Burges busca aplicar o conceito de hegemonia consensual na análise da política externa brasileira para o continente sul-americano no pós-Guerra Fria. A posição de potência emergente do Brasil no sistema internacional está diretamente ligada ao papel que o país desempenha na América do Sul, principal região de influência. Como maior Estado da região em termos de população, PIB e território, é notável o maior peso de suas decisões e de suas relações sobretudo econômicas. O esforço de levar adiante o projeto de integração regional seria uma forma de o Brasil desenvolver sua liderança na América do Sul. No entanto, tal objetivo nunca ficou explícito nas diretrizes do Itamaraty. O Brasil não desempenha o papel de uma hegemonia dominante nas concepções realista, neorealista ou neoliberal, pois, como Estado em desenvolvimento, é desprovido dos atributos econômicos e militares para utilizar-se da coerção para dominar os outros países da região, por exemplo. Assim, para analisar a natureza da liderança brasileira na América do Sul, busca-se o conceito de hegemonia consensual. (BURGES, 2008)

A abordagem consensual é concebida por Gramsci e afirma que a força de uma hegemonia é ganha pelo consentimento, não por imposição e ameaça. O conceito iria ao encontro da forma de atuação que o Itamaraty vem desempenhando no pós-Guerra Fria, considerando que o Brasil buscou marcar suas influências pela disseminação de idéias, sempre desaprovando o uso do poder. No conceito de Gramsci, o aspecto coercitivo da hegemonia consensual seria pequeno, estando na percepção pelos Estados mais fracos de que

os custos de desvio das propostas da hegemonia, bem como a perda de oportunidades, seriam maiores do que se aderissem da posição brasileira:

“Consensual hegemony – an oblique application of pressure or the advance creation of conditions that would make a future policy appear a self-interested move by other countries – comes into play here, allowing Itamaraty to mask consistent efforts to structure continental relations and organizations in a manner decidedly in Brazil’s interests”. (BURGES, 2008, p.66)

Para Burges, o Brasil teria percebido na América do Sul a região que poderia influenciar e promover a integração sócio-econômica, de forma a torná-la um espaço geopolítico e geoeconômico autônomo. Desprovido de capacidade para arcar com todos os custos para o projeto de integração regional, o Brasil não desempenharia o papel de criar e manter a ordem, mas sim o de agregar e potencializar os interesses dos Estados participantes:

“the imperative was not to subsume other regional states to Brazilian will, but instead to cycle the region-forming process through Brazil and position the country’s propositions and prerogatives as the central unifying factor of a potential South American region”. (BURGES, 2008, p.75)

O foco utilizado pelo Itamaraty para direcionar os interesses dos vizinhos sul-americanos se deu na difusão das idéias de soberania e autonomia do continente, dando ênfase em aspectos como a proteção da democracia, a interpretação da ordem econômica liberal de forma a encontrar o caminho do crescimento econômico e as responsabilidades regionais aos desafios da globalização:

“The ideational foundation of the consensual hegemony that Itamaraty presented in response was to revive the regionalist movement in South America, but in a pragmatic manner by expanding the Avança Brasil programme to the whole of the continent. Borders were to become ‘frontiers of cooperation’, not zones of separation”. (BURGES, 2008, p.76)

O autor expõe duas idéias que estariam no centro de projetos de integração regional como o Mercosul e o IIRSA. A primeira seria a adesão aos projetos pelos países por dois motivos: a formação de uma geografia econômica regional, que proporcionaria não somente às empresas brasileiras, mas também às dos países vizinhos, mercados sustentáveis para produtos de alto valor agregado; o aumento do poder de barganha dos países nas negociações com os países do Norte: “this was particularly important in the Free Trade Area of the Americas (FTAA) negotiating process where Brazil was able to form and sustain a coalition advancing a very different approach to hemispheric free trade than that advocated by the US” (BURGES, 2008, p.76). A segunda idéia seria o multilateralismo; a tomada de decisões por

consenso evita a acusação de manipulação e dominação por detrás dos interesses brasileiros no projeto de integração:

“The result was an ideational package that offered subscribing countries enhanced international insertion into the global economy as well as overhauled physical infrastructure [...] For Brazil the costs were minor, consisting mostly of the coordination of multilateral meetings and sustained dialogue designed to inculcate a ‘South America first’ vision throughout the continent”. (BURGES, 2008, p.77)

Assim, aplicando o conceito de hegemonia consensual de Gramsci, o Brasil seria o *hegemon*, o criador de uma hegemonia. Esta seria a própria construção do ideal da América do Sul integrada, com a unificação de temas diversos, como comércio, integração infra-estrutural, segurança, democracia, e cooperação internacional. (BURGES, 2008, p.81)

## **2. A importância da América do Sul para inserção internacional do Brasil**

O discurso de posse do Presidente Lula, em janeiro de 2003, anuncia uma inflexão na política externa desenvolvida no Governo Cardoso, e está consonante com a construção de uma nova matriz de política internacional. Assim, no discurso de posse, Lula afirmou que a política externa refletiria também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas, orientada por uma perspectiva humanista e como um instrumento de desenvolvimento nacional. Os principais instrumentos para o desenvolvimento nacional seriam a promoção do comércio exterior, a capacitação através de tecnologias avançadas e a busca de investimentos produtivos, a integração regional e as negociações comerciais com outros blocos e países. Em relação às negociações comerciais, Lula lembrou o protecionismo dos países desenvolvidos que prejudicam os setores exportadores do Brasil (SILVA, 2003).

O Presidente Lula reafirmou a disposição de negociar em todos os fóruns e com todas as regiões do mundo, mas que a prioridade seria a América do Sul e o Mercosul:

“A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração. O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados”.(SILVA, 2003)

A América do Sul é tomada como região prioritária da política externa do governo Lula. A promoção do processo de integração regional é tida como elemento-chave pelo Itamaraty para a inserção autônoma e soberana do continente e do Brasil no sistema internacional. Partindo da percepção de que se configura uma nova balança de poder, emergindo um cenário multipolar, seria primordial que a América do Sul não fosse englobada por nenhum dos novos pólos de poder. Assim, a diplomacia brasileira procuraria consolidar uma América do Sul unida, estável e pacífica, ela mesma representando um novo pólo de poder no cenário global:

“A Nação tem de afirmar sua presença soberana e criativa no mundo. A determinação da América do Sul como prioridade do Governo substituirá o comportamento tímido e espasmódico com nossos vizinhos e o distanciamento em relação a problemas muitas vezes comuns, criando novas possibilidades de coordenação política bilateral e de atuação concertada na área internacional”(BRASIL, 2003, p. 242).

A tentativa do Brasil buscar maior espaço na tomada de decisões no sistema internacional passa pela construção de uma região de influência, sendo que “a defesa de nossos interesses exige a construção da unidade sul-americana e a aliança estratégica com a Argentina” (BRASIL, 2004, p. 201). O Brasil tornar-se-ia mais forte internacionalmente unido a seus vizinhos, o que seria conseguido com investimentos e medidas de promoção de confiança recíproca.

Portanto a política de regionalização, que tem como ponto de partida a reconstrução do Mercosul, seria parte do projeto de desenvolvimento nacional brasileiro. Por meio da busca de complementaridade no continente, o Brasil procuraria fortalecer-se econômica e politicamente. O grande objetivo do Itamaraty seria mostrar aos países vizinhos que seus interesses nacionais poderiam convergir com os interesses do Brasil na esfera regional, o que mostra a tentativa de a diplomacia brasileira buscar lançar uma espécie de liderança no processo de integração. O objetivo de promover uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, baseada na democracia e na justiça social, é delineado com uma série de programas brasileiros em diversos setores, como infra-estrutura – energia, transporte, comunicações –, comércio, finanças, política, defesa, social e cultura.

No plano da infra-estrutura, deu-se continuidade à iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA). Em 2003, entre outros trabalhos, foram realizados a identificação dos projetos de infra-estrutura em cada um dos Eixos de Integração e Desenvolvimento e estudos sobre os processos setoriais (passagens de fronteira, transportes – aéreo, marítimo e multimodal, entre outros). Em 2004, houve a validação da visão



estratégica para a América do Sul, tomando-a como uma região geoeconômica única, bem como a definição dos critérios para a priorização dos projetos de integração.

Em 2007, ocorreu a 1ª Cúpula Energética Sul-Americana, com a criação de um Tratado de Integração Energética, e o lançamento do projeto do Corredor Interoceânico Brasil-Chile-Bolívia. Além disso, embaixadores brasileiros, Ministros de Estado e os presidentes da Petrobras, Eletrobrás, Itaipu e BNDES, estudaram os acordos já firmados desde o início do governo, o que culminou na criação de um Comitê Gestor de Acompanhamento de Compromissos com a integração sul-americana.

Em 2008, foi firmado o Protocolo para o financiamento brasileiro da Rodovia Hacia El Norte, constituindo o corredor La Paz-Manaus-Caracas. Além disso, destacam-se as iniciativas de interconexão elétrica e intercâmbio de energia com Uruguai, Peru, Venezuela e Argentina. Para 2010, prevê-se, entre outros projetos, o lançamento da Ponte Internacional sobre o Rio Mamoré, importante componente do Corredor Viário La Paz-Manaus-Caracas.

No âmbito social do processo de integração, o governo brasileiro procura estender políticas públicas desenvolvidas no Brasil aos países vizinhos, tais como o Fome Zero e o apoio à agricultura familiar: “favorecerá o Brasil o estabelecimento de um Instituto Social voltado para iniciativas conjuntas no campo do desenvolvimento social” (BRASIL, 2003, p. 253). Em 2003, foi promovido o Projeto Mercosul Social, havendo a convergência de interesses para a criação de um fundo internacional de combate à pobreza, sendo que “em alguns países (Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile) há o interesse até mesmo em aderir ao Instituto Social Brasil-Argentina (ISBAC)” (BRASIL, 2004, p. 205). Há ainda, a iniciativa do “Banco de Medicamentos do Mercosul”, mencionada na Mensagem Presidencial ao Congresso de 2008, que tem por finalidade a redução dos custos de aquisição de medicamentos pelos países membros. Também no setor agrícola existe projeto conjunto, tendo sido formado, em 2003, o Conselho Agropecuário do Sul (CAS), que busca analisar de forma articulada políticas comerciais, sanitárias e fitossanitárias no setor agropecuário.

Em relação à estratégia comercial, o Brasil buscava promover mecanismos que estimulassem a exploração por parte dos países vizinhos do mercado brasileiro: “o Presidente da República determinou ao Itamaraty que iniciasse um programa de substituição competitiva de importações, com informações sobre oportunidades objetivas de negócios e a promoção de contatos entre os setores empresariais sul-americanos – o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)” (BRASIL, 2005, p. 238). Além disso, existem os projetos de formação do Código Aduaneiro do Mercosul e de Desenvolvimento e Integração Produtiva do Mercosul. Já no lado financeiro, o sistema de Pagamento em Moedas Locais e a

criação do Banco do Sul, mostram-se como alternativas de transação financeira e de captação de crédito à recorrente tomada de recursos com os países centrais.

### **3. A revitalização do Mercosul e a agenda sul-americana**

O Mercosul é o primeiro projeto de integração que o Brasil dá destaque, aparecendo a necessidade de revitalização do bloco no discurso de posse do presidente Lula em 2003. Assume-se que o projeto possui um caráter político, apesar de se basear em projetos econômico-comerciais. Estes seriam os focos de trabalho dos países-membros, que, por meio da integração de suas economias, criariam as bases os arranjos político-institucionais e a formação de uma verdadeira identidade do Mercosul.

O governo Lula procuraria, então, promover o processo de integração, com a criação de uma zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, tecnológicas, educacionais e culturais. Com uma coordenação macroeconômica, os países do Mercosul ficariam mais aptos a enfrentar os desafios da globalização: “para tanto, é fundamental que o bloco disponha de instituições mais permanentes e ganhe solidez jurídica, o que o habilitará a uma atuação mais coordenada no plano internacional” (BRASIL, 2003, p. 253).

Para atingir o objetivo de fortalecimento do bloco, o Brasil procuraria intensificar a aliança estratégica com a Argentina, recuperar e reforçar a gestão da Tarifa Externa Comum (TEC) e criar uma nova dinâmica de integração produtiva. No plano político, delineou-se a criação de um parlamento, cuja eleição se daria por voto direto das populações. No Programa de Trabalho 2004-2006, estaria a reconstrução da União Aduaneira, a qual lançaria as bases para o Mercado Comum.

No âmbito das negociações comerciais extra-regionais, concluiu-se, em 2004, acordos com a Índia e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Além disso, neste mesmo ano, deu-se início a conversações com o Egito e o Marrocos, bem como a entendimentos comerciais com os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em relação à ALCA, o Mercosul juntamente com a Venezuela concluiu, em 2005, na IV Cúpula das Américas, que as condições para se chegar ao acordo ainda não estavam dadas, de modo que, como estava delineado o projeto, haveria desequilíbrios e assimetrias. Assim, as negociações foram adiadas.

Ainda em 2005, foi criado o Fundo para Convergência Estrutural, com vistas à melhoria das condições de competição interna do Mercosul. O Fundo seria utilizado para o beneficiamento dos sócios menores e as regiões de menor desenvolvimento. Além disso, foi eliminada a dupla cobrança da TEC entre os Estados Partes: “o impulso dado pelo Governo à

integração sul-americana começa a concretizar-se, tendo, inclusive, sido concluídos acordos comerciais que, na prática, estabelecem uma área de livre-comércio sul-americana, objetivo que vinha sendo perseguido há mais de dez anos” (BRASIL, 2006, p. 181).

A Venezuela passou a nova integrante do Mercosul em julho de 2006. Durante este mesmo ano, avançou-se na elaboração do Código Aduaneiro do Mercosul. Foram, ainda “elaborados planos estratégicos para a Ação Social e o Desenvolvimento e Integração Produtiva do Mercosul. O Brasil deu início ao Projeto do Fundo Mercosul de Apoio à Integração Produtiva de Pequenas, Médias e Microempresas, e propôs o estabelecimento de grupos de trabalho para formular um programa de cooperação na área de biocombustíveis e suas tecnologias” (BRASIL, 2007, p. 185). Foi ratificado o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), a fim de reduzir as assimetrias no bloco: “esse Fundo tem como objetivo beneficiar as economias menores e as regiões menos desenvolvidas dos Estados Partes, com montante fixado em US\$ 100 milhões anuais. O Brasil, que aporta 70% do orçamento total do mecanismo, efetuou o depósito integral de suas contribuições relativas aos anos de 2006 e 2007” (BRASIL, 2008, p. 197). No fim de 2006, foi instalado o Parlamento do Mercosul, tratando-se de órgão independente, representativo dos povos do Mercosul e com sede em Montevidéu.

Em 2007, o Parlamento do Mercosul teve sua sessão inaugural, o que confere maior institucionalidade ao processo de integração. Ainda neste ano, o Conselho do bloco aprovou decisão sobre “Pagamentos em Moedas Locais”, “visando criar mecanismos de integração financeira no Bloco que estimulem o comércio e reduzam os custos das transações entre os Estados Partes” (BRASIL, 2008, p. 197). Houve também a fundação do Banco do Sul, o qual com objetivo de oferecer recursos financeiros para projetos na América do Sul, sendo uma alternativa a financeiras estrangeiras. O primeiro acordo extracontinental do Mercosul foi firmado, ainda em 2007, com Israel.

Em 2009, a integração no âmbito do Mercosul avançou com a definição do critério de proporcionalidade para o Parlamento e o aprofundamento do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML). Os objetivos traçados para 2010, ano em que o Brasil assume a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul, são a consolidação da união aduaneira, a continuidade das iniciativas em prol da integração produtiva e o aperfeiçoamento institucional do Mercado e de seu sistema de solução de controvérsias.

Os trabalhos realizados no âmbito do Mercosul, até 2006, criaram as bases para a expansão do projeto de integração regional: “com a protocolização junto à Secretaria da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 2005, do Acordo de Livre

Comércio com o Peru, o MERCOSUL consolidou as condições materiais para a consecução da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)” (BRASIL, 2006, p. 180).

O objetivo da Comunidade Sul-Americana de Nações reside no entendimento político e na integração econômica e social do continente. Em 2006, deu-se a primeira reunião extracontinental na Cúpula África-América do Sul, realizada na Nigéria, marcando a afirmação da identidade internacional da CASA. Já na III Reunião de Chanceleres, no Chile, houve assinatura do Acordo de Isenção de Vistos de Turista e Habilitação de Documentos de Identidade para o trânsito entre países sul-americanos.

Em 2007, o governo brasileiro já traça os planos para consolidar a identidade internacional da CASA. Nesse objetivo, os esforços se focam no estabelecimento da Área de Livre Comércio Sul-americana, buscando a convergência entre o Mercosul, a Comunidade Andina (CAN) e o Chile. Além disso, dá-se grande importância à realização dos projetos do IIRSA: “deve-se também avançar na integração dos setores estratégicos de infra-estrutura (energia, transportes e comunicações) e executar os projetos prioritários. Parte importante do processo de integração será a implementação de decisões que aumentem os fluxos de pessoas entre os países sul-americanos” (BRASIL, 2007, p. 187).

Em 2008, ocorreu a assinatura do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). No fim do ano, foi realizada na Bahia a 1ª Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC): “tratou-se de evento histórico, na medida em que essa foi a primeira reunião de países latino-americanos e caribenhos para tratar de temas de interesse comum a partir de agenda e de perspectivas próprias” (BRASIL, 2009, p. 233). Em 2009, a Unasul ganhou maior institucionalidade com a criação de quatro Conselhos em âmbito ministerial, consolidando-se como espaço de diálogo e concertação regional. Na prática, a Unasul já se demonstrou como bloco ao adotar a posição conjunta de condenação no golpe de Estado ocorrido em Honduras.

Assim, desde a sua criação, mesmo passando por dificuldades, algumas ainda persistentes, o Mercosul alcançou muitos êxitos, como a empatia entre os intelectuais dos diversos países; a criação de uma zona de paz no Cone Sul; a ampliação do comércio intrazonal; a produção de uma imagem positiva; e o fortalecimento da ideia de América do Sul. O mercosul é um dos grandes projetos de Estado do Brasil, maturado desde os anos 1980 e que vem buscando agora a integração na América do Sul, através da UNASUL. Convém lembrar que existem dois projetos para a Unasul: o da Alternativa bolivariana das Américas (coordenado pela Venezuela) e o do Mercosul. Com a entrada da própria Venezuela no

Mercosul, o projeto liderado pelo Brasil ganha mais força e tende a ser o modelo e a base da integração sul-americana.

#### **4. A América do Sul e a estratégia de segurança brasileira**

Os países sul-americanos também avançaram nos temas de segurança. Em 2003, ocorreram as duas primeiras reuniões de ministros da Defesa sul-americanos, nas quais foram ressaltadas a importância da cooperação entre as Forças Armadas dos países da região. Além disso, o governo brasileiro procurou promover a integração das indústrias de defesa sul-americanas e sua modernização conjunta: “agindo dessa forma, os países do subcontinente – com suas respectivas indústrias – serão capazes de alcançar coerência e escala econômica propícia a um aproveitamento mais racional dos recursos disponíveis” (BRASIL, 2004, p. 205). A realização de acordos na área defesa é importante, sobretudo porque representa a criação de confiança mútua entre os países da região. Outra medida que fortalece o processo de integração foi a incorporação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) pelos países vizinhos do Brasil, o que ajuda no combate aos delitos transnacionais. Em 2008, foi aprovada a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano no âmbito da Unasul, cujo objetivo reside na articulação de políticas de segurança e de defesa dos países membros do bloco.

Devido à porosidade fronteiriça, os países sul-americanos têm investido mais no policiamento das fronteiras. Por exemplo, entre os dias 10 e 20 de novembro de 2009, estava previsto que o Exército brasileiro ocupasse as fronteiras do Brasil com a Bolívia e com o Paraguai com o objetivo de combater a entrada de armas e de drogas no país<sup>2</sup>. No final de 2010, o policiamento brasileiro nestas mesmas áreas foi intensificado<sup>3</sup>.

Outro ponto importante a destacar no que tange à segurança é o aumento das compras de armas pelos países da América do Sul. De acordo com estatísticas, houve um acréscimo nas compras de 150% nos últimos cinco anos em relação ao período de 2000 a 2004<sup>4</sup>. É importante salientar também a questão das bases militares do subcontinente. Países como a Argentina e o Brasil, por meio de seus representantes, defendem que as nações sul-americanas apresentam condições de enfrentar com seus próprios meios os desafios que possuem na área de defesa e de segurança. Além disso, a Unasul mostra-se como um fórum adequado para a discussão das referidas questões<sup>5</sup>. Deve-se destacar que as discussões acerca deste tema

---

<sup>2</sup> EXÉRCITO brasileiro ocupa fronteira. **Folha de S. Paulo – Cotidiano**. 10 novembro 2009.

<sup>3</sup> BRASIL aumentou policiamento nas fronteiras. **O Estado de S. Paulo – Metrópole**. 02 dezembro 2010.

<sup>4</sup> AMÉRICA do Sul aumentou a compra de armamentos. **Folha de S. Paulo – Mundo**. 15 março 2010.

<sup>5</sup> BRASIL e Argentina posicionam-se contra bases militares. **Folha de S. Paulo – Mundo**. 19 novembro 2009.

aumentaram de intensidade devido ao acordo entre a Colômbia e os Estados Unidos<sup>6</sup>, que previa a instalação de bases norte-americanas em território colombiano.

O conflito entre o governo colombiano e as Farc tem preocupado o Brasil, pelas possíveis ameaças a segurança do país. As Farc se caracterizam como a principal guerrilha colombiana. O grupo surgiu durante a década de 1960, quando guerrilheiros marxistas dominavam a zona rural. Nos anos 80, os membros passaram a se financiar com o dinheiro que provinha do tráfico de drogas. Posteriormente, iniciou-se a prática dos seqüestros. As Farc mantêm dezenas de soldados, políticos e cidadãos seqüestrados com o objetivo de trocá-los por guerrilheiros presos. Em 2006, o grupo contava com mais de 17 mil membros<sup>7</sup>.

O presidente colombiano Andrés Pastrana (1998-2002) tentou realizar uma política de negociação com as Farc. Já seu sucessor, Álvaro Uribe (2002-2010), defendeu uma política agressiva, conhecida como “política da paulada”, contra a guerrilha. Esta postura, por sua vez, garantiu a sua reeleição em 2006. Neste contexto, é importante salientar que os principais aliados do governo colombiano na luta contra as Farc são os Estados Unidos, em que se destaca o Plano Colômbia<sup>8</sup>. Tanto Washington quanto Bogotá definem a guerrilha como um grupo narcotraficante e terrorista. O Brasil, por outro lado, optou por não classificar as Farc como terrorista, uma vez que deseja manter a “porta aberta” para auxiliar em uma possível negociação. Além disso, não há no país uma catalogação de grupos terroristas. O Brasil segue a Organização dos Estados Americanos (OEA) neste sentido, visto que a entidade citou as Farc, pela primeira vez, como responsáveis por atentados terroristas, ou seja, não as classificou como um grupo terrorista<sup>9</sup>. Contudo, é importante destacar que o Brasil já condenou atentados feitos pela guerrilha<sup>10</sup>.

Por temer a possibilidade das Farc ultrapassarem as fronteiras e utilizarem o território brasileiro como refúgio, além de outros motivos, o Brasil defende amplamente a contenção da guerrilha. O governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 18 de setembro de 2003, por exemplo, ofereceu o território brasileiro para sediar o encontro entre as Farc e a ONU a fim de tentar reiniciar o processo de paz<sup>11</sup>. De acordo com Celso Amorim, chanceler brasileiro, o país não

---

<sup>6</sup> O acordo foi assinado em 30 de outubro de 2009.

<sup>7</sup> MURTA, Andrea. Resposta da Colômbia às Farc será ainda mais dura, diz vice-presidente. **Folha Online**. 24 outubro 2006.

<sup>8</sup> Plano criado em 2000 pelos Estados Unidos com o objetivo de combater a produção e o tráfico de cocaína na Colômbia, bem como desestruturar as guerrilhas de esquerda do país, como as Farc.

<sup>9</sup> CANTANHÊDE, Eliane; SOLIANI, André. Brasil teme se tornar refúgio das Farc. **Folha Online**. 23 fevereiro 2003.

<sup>10</sup> CANTANHÊDE, Eliane. Lula deve propor a Uribe reunião entre ONU e Farc. **Folha Online**. 14 setembro 2003.

<sup>11</sup> ATHIAS, Gabriela. Lula oficializa oferta para diálogo ONU-Farc. **Folha Online**. 17 setembro 2003.

se ofereceu como mediador, mas sim como território neutro<sup>12</sup>. O presidente Uribe, por sua vez, aceitou a proposta. Deu a entender que se encontrava disposto a retomar o diálogo com a guerrilha, interrompido desde fevereiro de 2002, seis meses antes de sua posse. Entretanto, Marco Aurélio Garcia, assessor internacional da Presidência, afirmou que os preparativos para o processo de negociação entre a ONU e as Farc somente iriam avançar quando o secretário geral da organização, Kofi Annan, marcasse a data do encontro. Apenas depois deste momento, seria marcado o local.<sup>13</sup>

No dia 19 de outubro de 2006, a explosão de um carro-bomba em Bogotá pelas Farc abriu uma lacuna nas negociações de paz entre a guerrilha e o governo. Em resposta ao ataque, Uribe suspendeu a autorização para um encontro entre a administração colombiana e os membros do grupo, o qual serviria para negociar a troca dos 59 políticos, soldados e policiais seqüestrados pela guerrilha por 500 rebeldes detidos em prisões do país<sup>14</sup>.

Em julho de 2007, Marco Aurélio Garcia afirmou que o Brasil estaria disposto a ceder um território para que autoridades colombianas negociassem com guerrilheiros das Farc. Ademais, declarou que o governo brasileiro aceitou receber prisioneiros colombianos na condição de refugiados a fim de auxiliar na resolução do conflito interno do país vizinho<sup>15</sup>. No final deste mesmo ano, o Brasil deveria oferecer ajuda na crise entre Colômbia e Venezuela, visto que o governo colombiano decidiu encerrar a mediação do presidente Chávez pela busca de um acordo humanitário a fim da libertação de reféns em poder das Farc<sup>16</sup>.

No início de junho de 2008, a ex-candidata à presidência da Colômbia, Ingrid Betancourt, após seis anos em poder das Farc, foi libertada, juntamente com três norte-americanos e onze militares colombianos. Betancourt realizou uma visita ao presidente Lula, no dia 5 de dezembro, em que o agradeceu pelo apoio em favor de sua libertação enquanto estava seqüestrada<sup>17</sup>.

No dia 1º de fevereiro de 2009, a missão de resgate de reféns das Farc, organizada pela Cruz Vermelha Internacional com o apoio do 4º Batalhão do Exército Brasileiro, cumpriu

---

<sup>12</sup> CANTANHÊDE, Eliane. Lula deve propor a Uribe reunião entre ONU e Farc. **Folha Online**. 14 setembro 2003.

<sup>13</sup> ATHIAS, Gabriela. Lula oficializa oferta para diálogo ONU-Farc. **Folha Online**. 17 setembro 2003.

<sup>14</sup> MURTA, Andrea. Resposta da Colômbia às Farc será ainda mais dura, diz vice-presidente. **Folha Online**. 24 outubro 2006.

<sup>15</sup> BRASIL poderia ceder área para diálogo com Farc. **O Estado de S. Paulo – Internacional**. 21 junho 2007.

<sup>16</sup> ENTENDA a crise Colômbia x Equador x Venezuela. Disponível em <[http://ultimosegundo.ig.com.br/.../entenda\\_a\\_crise\\_diplomatica\\_entre\\_colombia\\_equador\\_e\\_venezuela\\_1213024.html](http://ultimosegundo.ig.com.br/.../entenda_a_crise_diplomatica_entre_colombia_equador_e_venezuela_1213024.html)> Acessado em 11 janeiro 2011.

<sup>17</sup> LULA recebeu Ingrid Betancourt. **O Estado de S. Paulo – Internacional** – 01/12/2008

com êxito a primeira parte da operação cujo objetivo era resgatar seis pessoas. Esta tarefa, por sua vez, foi classificada, pelo Brasil, como operacionalmente simples, mas politicamente complicada<sup>18</sup>. No início de 2010, o país também foi aceito pelo governo colombiano para ajudar no resgate de outros reféns das Farc. Um exemplo foi o resgate, na selva amazônica, no final de março, de dois soldados colombianos por meio dos helicópteros da Força Área Brasileira (FAB) Ademais, no dia 1º de abril, foram resgatados os restos mortais de outro soldado colombiano. Depois destes episódios, contudo, a guerrilha afirmou que não trocaria mais os reféns de modo unilateral<sup>19</sup>.

Em 23 de agosto de 2010, as Farc divulgaram uma carta na qual propunham uma reunião no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) com o objetivo de apresentarem sua visão sobre o conflito colombiano. O governo da Colômbia, entretanto, manifestou-se contrário à proposta. A presidência da Unasul, por sua vez, afirmou que respeitaria a decisão de Bogotá acerca do pedido. Neste contexto, é importante salientar que o Brasil também não apoiou a proposta das Farc. De acordo com Marco Aurélio Garcia, o referido problema precisaria ser resolvido no âmbito interno de modo que a Unasul somente deveria intervir se solicitada pelo governo colombiano<sup>20</sup>.

## **5. Os encontros de cúpula na agenda sul-americana para integração e segurança**

A primeira reunião de presidentes da América do Sul ocorreu entre 31 de agosto de 1 de setembro de 2000, ainda no governo Cardoso. Nesta reunião, adotou-se uma cláusula democrática para o conjunto da América do Sul; acordou-se criar uma Zona de Paz Sul-Americana; registrou-se a meta de formação de um espaço econômico-comercial ampliado na América do Sul, com base na articulação entre o Mercosul e a Comunidade Andina; lançou-se a proposta de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). No que se refere ao último ponto, as áreas prioritárias de trabalho seriam a coordenação dos planos nacionais de investimentos, a compatibilização e a harmonização dos aspectos regulatórios e institucionais, e a identificação de formas inovadoras de financiamento público e privado.<sup>21</sup>

A segunda reunião de presidentes ainda ocorreria no governo Cardoso, em 26 e 27 de julho de 2002, Guayaquil (Equador), também no governo Cardoso. Nesta reunião, ocorreu o

---

<sup>18</sup> FARC libertaram reféns; Brasil participou da operação de resgate. **Folha de S. Paulo – Mundo** – 01/02/2009.

<sup>19</sup> FAB auxiliou a Colômbia em operação de resgate. **Correio Braziliense – Mundo** – 29/03/2010;

<sup>20</sup> GARCIA afirmou que Brasil não apoia proposta das FARC. **Correio Braziliense – Mundo** – 24/08/2010.

<sup>21</sup> REUNIÃO de Presidentes da América do Sul. **Portal da Organización de Estados Iberoamericanos**. Disponível em: <<http://www.oei.es/oeivirt/cimeira0.htm>>. Acessado em 30 março 2011.



lançamento do Consenso de Guayaquil sobre Integração, Segurança e Infraestrutura para o Desenvolvimento, o qual reiterava e ressaltava o compromisso dos países sul-americanos com a democracia e com os princípios democráticos consagrados pelo direito internacional e em vigor no sistema interamericano. De acordo com o secretário-geral da Comunidade Andina das Nações (CAN), Guillermo Fernández de Soto, a idéia de formação de um bloco de países sul-americanos não significava uma união dos subdesenvolvidos, mas a integração de uma área que apresentava grandes recursos naturais, além de um importante potencial de crescimento.<sup>22</sup>

Como as negociações para a formação da Alca estavam paralisadas, e as possibilidades de parceria entre o Mercosul e a União Européia encontravam-se à beira do colapso, o Brasil começou a investir maciçamente na criação de um espaço sul-americano. De acordo com o chanceler Celso Amorim, a base desta nova união seriam os acordos de livre comércio formados entre o Mercosul e os países do subcontinente<sup>23</sup>. Assim, a terceira reunião de presidentes da América do Sul ocorreu em Cuzco (Peru), de 07 a 09 de dezembro de 2004, já no governo Lula. Entre as principais resoluções, constam lançamento da base conceitual da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA ou CSN) por meio da Declaração de Cuzco; ratificação pelos representantes sul-americanos da Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010, que envolveria 31 projetos de integração física da América do Sul, que estariam a cargo da IIRSA. Os projetos custariam um total de US\$ 4,3 bilhões e contariam com investimentos públicos e privados<sup>24</sup>.

A primeira reunião de cúpula da CSN (CASA) foi marcada para os dias 29 e 30 de setembro de 2005, em Brasília. Tal encontro teria como objetivo assentar o projeto de integração sul-americana, possuindo como base a interligação da infra-estrutura, a intensificação do diálogo político e o aprofundamento das relações comerciais, por meio da incorporação da Guiana, do Suriname e do Chile à rede de acordos preferenciais e de livre comércio dos demais países da região<sup>25</sup>. Entre as principais resoluções, constam adoção da Declaração sobre Integração na Área de Infraestrutura; aprovação de vários documentos a respeito da estrutura organizacional básica da CASA, bem como de sua agenda prioritária. Neste contexto, é importante salientar que o presidente venezuelano Hugo Chávez ameaçou

---

<sup>22</sup> WASSERMANN, Rogerio. Para andinos, bloco tem "grande potencial". **Folha Online**. 24 agosto 2003.

<sup>23</sup> GOVERNO brasileiro se concentra agora na integração sul-americana. **Folha de S. Paulo – Dinheiro**. 08 outubro 2004.

<sup>24</sup> REUNIÃO de Cuzco marca lançamento da Comunidade Sul Americana de Nações. **PUC Minas- Conjuntura Internacional**. Disponível em: <[www.pucminas.br/imagedb/.../CNO\\_ARQ\\_NOTIC20051109150556.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/.../CNO_ARQ_NOTIC20051109150556.pdf)>. Acessado em 30 março 2011.

<sup>25</sup> CÚPULA do Cone Sul reúne-se novamente. **O Estado de S. Paulo – Nacional**. 19 setembro 2005.

não assinar a declaração final da cúpula, uma vez que, segundo o governante, tal documento mostrava-se vago.

A segunda reunião de cúpula da CSN (CASA) ocorreria na primeira quinzena de dezembro de 2006, em Cochabamba (Bolívia). Entre os temas destacados na pauta oficial do encontro constavam a cooperação energética e a integração física. Contudo, não havia nenhuma indicação de que o documento final produzisse resultados mais concretos do que o da primeira reunião de cúpula do bloco, quando o presidente venezuelano, Hugo Chávez, ameaçou não assiná-lo por considerar seus termos muito vagos. De acordo com a imprensa boliviana, a declaração final do encontro deveria apoiar a união das estatais do setor energético da América do Sul, bem como a criação de um grupo de trabalho para estudar o assunto.<sup>26</sup> A ata final, de fato, conteve os temas mencionados. Contudo, a reunião de cúpula não deixou de terminar em clima tenso, com o presidente Lula rebatendo a onda de pesadas críticas dos vizinhos sul-americanos aos moldes da integração regional. O venezuelano Hugo Chávez e o uruguaio Tabaré Vazquez alegaram que o subcontinente não possuía um projeto de integração.<sup>27</sup> Entre as principais resoluções, ocorreu a formação de uma Comissão de Altos Funcionários e de um Núcleo de Apoio Técnico<sup>28</sup> a fim de fortalecer a institucionalidade da CASA e a criação de Grupos de Trabalho nas áreas de políticas sociais, integração energética, integração física e mecanismos financeiros.

Nos dias 16 e 17 de abril de 2007, durante a 1ª Cúpula Energética Sul-Americana, na Venezuela, os governantes dos doze países da América do Sul aprovaram a mudança de nome da Comunidade Sul-Americana de Nações. A partir do referido momento, o bloco se chamaria União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Os Estados sul-americanos demonstraram preocupação com o aspecto energético, clamando pelo intercâmbio entre as empresas do subcontinente do setor de energia para que houvesse melhor aplicação das inovações científicas e tecnológicas, bem como o avanço na compatibilização de regulamentos, normas e especificações técnicas<sup>29</sup>. Ademais, no encontro, foi criado o Conselho Energético da América do Sul, integrado pelos ministros de energia dos países membros do bloco, bem como uma Secretaria Permanente com sede em Quito (Equador).

---

<sup>26</sup> GLYCERIO, Carolina. Cúpula da América do Sul quer avançar em integração física. **Folha Online**. 08 dezembro 2006.

<sup>27</sup> GLYCERIO, Carolina. Integração divide líderes em cúpula sul-americana. **Folha Online**. 10 dezembro 2006.

<sup>28</sup> Tais órgãos funcionariam no Rio de Janeiro a partir de 2007. Fonte: Relatório da Atuação Governamental e o Balanço Geral da União de 2006. **Portal da Controladoria-Geral da União**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2006/VOLUME%20I-I-V-14.pdf>>. Acessado em 19 março 2011.

<sup>29</sup> CÚPULA Energética Sul-Americana: etanol e gasoduto, centrais na discussão. **Pontes Quinzenal**, v. 2, n. 3, 23 abril 2007. Disponível em <<http://ictsd.org/i/news/pontesquinzenal/5372/>>. Acessado em 19 março 2011.

Em 09 de dezembro de 2007, em Buenos Aires (Argentina), foi assinada a ata de fundação do Banco do Sul pelos presidentes do Brasil, da Argentina, da Bolívia, do Equador, do Paraguai e da Venezuela. O Banco, por sua vez, foi um projeto proposto pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Os objetivos da instituição seriam acumular recursos para enfrentar eventuais crises financeiras e impulsionar planos de desenvolvimento sem necessidade de pedir a organismos multilaterais de crédito, como o Fundo Monetário Internacional<sup>30</sup>.

Na Reunião de Cúpula extraordinária da UNASUL, nos dias 23 e 24 de maio de 2008, em Brasília, os chefes de Estado dos países membros aprovaram, por unanimidade, o Tratado Constitutivo da Unasul. O bloco abrangeria políticas de integração regional em diversas áreas como infra-estrutura, energia, comércio, segurança, meio-ambiente, cultura e desenvolvimento econômico. Ainda, de acordo com o Tratado, a Unasul poderia futuramente contar com a entrada dos países da América Central e do Caribe. Durante o encontro, o grupo de governantes também discutiu a idéia de formação de um Conselho de Defesa Sul-Americano. Já a idéia de criação de um parlamento regional foi rejeitada.<sup>31</sup> É importante salientar que os trabalhos para a criação do Parlamento somente se iniciaram em outubro de 2008, durante encontro dos congressistas sul-americanos, em Cochabamba<sup>32</sup>.

Já a reunião extraordinária de Cúpula da Unasul, ocorrida em 15 de setembro de 2008, em Santiago, Chile, foi motivada pela Crise política e social na Bolívia. Um grupo de governadores fez uma forte oposição ao presidente Evo Morales com vistas a obter mais autonomia para seus departamentos. Entre as principais resoluções, os mandatários sul-americanos defenderam a necessidade de respeitar as regras constitucionais na Bolívia, declarando apoio ao presidente Morales. Ademais, pediram o fim dos bloqueios nas estradas do país, cobraram uma investigação para apurar o massacre de pelo menos 30 camponeses no departamento de Pando e anunciaram a criação de um grupo para dar assistência às vítimas da violência vivida na Bolívia.

Em 15 de dezembro de 2008, durante reunião extraordinária de cúpula na Bahia, foi aprovada a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. O projeto para a criação do órgão, por sua vez, foi proposto pelo Brasil após o conflito diplomático envolvendo Colômbia, Venezuela e Equador<sup>33</sup>. O Conselho teria como objetivo estabelecer uma visão comum para os problemas da região. Além disso, no encontro, foi aprovada uma medida em relação às

---

<sup>30</sup> KIRCHNER elogia Chávez e Morales e pede unidade sulamericana. **Folha Online**. 28 dezembro 2006.

<sup>31</sup> TRATADO Constitutivo da UNASUL foi assinado. **Folha de S. Paulo – Brasil** – 23/05/2008.

<sup>32</sup> CONGRESSISTAS lançaram bases do Parlamento da Unasul. **O Estado de S. Paulo – Internacional**. 18 outubro 2008.

<sup>33</sup> PRESIDENTES discutiram criação de Conselho de Defesa. **Folha de S. Paulo – Brasil** – 23/05/2008.

exportações bolivianas. De acordo com o ato, as exportações do país deveriam ser absorvidas pelos países sul-americanos<sup>34</sup>. Antes os produtos destinavam-se aos Estados Unidos, porém, em setembro, a Casa Branca suspendeu as preferências tarifárias que oferecia ao governo boliviano, com base na Lei de Preferências Tarifárias Andinas e Erradicação de Drogas (ATPDEA)<sup>35</sup>.

Na Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL, ocorrida em 10 agosto de 2009, em Quito, Equador, o tema central foi acordo militar<sup>36</sup> entre os Estados Unidos e a Colômbia, pelo qual o governo colombiano previa conceder à Washington o uso de bases militares em seu território. Entretanto, durante o encontro, que não teve participação colombiana, os líderes sul-americanos não entraram em um consenso. As maiores críticas vieram do Equador e da Venezuela, que caracterizaram a medida como uma ameaça à estabilidade regional.<sup>37</sup> Entretanto, devido à continuidade das divergências, as discussões sobre o acordo militar foram adiadas para uma nova reunião, em 24 de agosto, com os Ministros de Relações Exteriores e da Defesa dos países. A declaração final do encontro, ainda, estudou a possibilidade de uma cúpula extraordinária em Buenos Aires para tratar do assunto.<sup>38</sup> Ademais, é importante salientar que o início da 3ª Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL foi marcado pela entrega da presidência do bloco, por parte da mandatária chilena Michelle Bachelet, ao governante equatoriano Rafael Correa<sup>39</sup>. Neste encontro, ocorreu a aprovação da Declaração de Quito, a qual encorajava o fortalecimento da integração regional; planejamento de criação dos Conselhos de Infraestrutura e Planejamento, de Luta contra o Narcotráfico, de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovações e de Desenvolvimento Social.

No final do mês, em 28 de agosto de 2009, em Bariloche (Argentina), ocorreu mais uma Reunião de Cúpula da UNASUL (Extraordinária), que tratou do pedido ao Conselho de Defesa Sul-Americano para elaborar mecanismos que ensejassem confiança e segurança na região, garantindo o irrestrito respeito à soberania, à integridade e à inviolabilidade territorial na América do Sul; exigência de garantias, por parte dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Cristina Kirchner, de que a expansão do acordo militar Colômbia - Estados Unidos não

---

<sup>34</sup> OS PAÍSES sul-americanos deveriam absorver, no ano de 2009, um montante de até US\$ 30 milhões em exportações bolivianas. Fonte: Unasul aprova criação do Conselho Sul-Americano de Defesa. **UOL Notícias**. 16 dezembro 2008.

<sup>35</sup> UNASUL aprova criação do Conselho Sul-Americano de Defesa. **UOL Notícias**. 16 dezembro 2008.

<sup>36</sup> TAL acordo foi assinado em 30 de outubro de 2009.

<sup>37</sup> DIVIDIDA, Unasul adia debate sobre acordo militar EUA-Colômbia. **Folha Online**. 10 agosto 2009.

<sup>38</sup> UNASUL adia debate sobre bases militares dos EUA; Colômbia comemora. **Folha Online**. 10 agosto 2009.

<sup>39</sup> CÚPULA da Unasul começa com posse da presidência pelo Equador. **Terra Notícias**. 10 agosto 2009.

acarretasse ingerências em terceiros países; negativa do presidente uruguaio Tabaré Vázquez no que se referia à eleição de Néstor Kirchner para o cargo de secretário-geral da Unasul<sup>40</sup>.

Em 09 de fevereiro de 2010 ocorreu em Quito, Equador, outra reunião de cúpula extraordinária, convocada em virtude do terremoto que ocorreu no Haiti em 12 de janeiro de 2010. A declaração final do encontro estabeleceu a continuidade da ajuda humanitária empreendida pelos Estados membros do bloco ao Haiti; o estímulo a uma nova cooperação sul-sul, mediante o acompanhamento, a médio e a longo prazo, do processo de reestruturação do país, mantendo, contudo, o respeito a sua soberania; a estruturação de um Plano de Ação coordenado com os representantes do Governo Constitucional do Haiti<sup>41</sup>.

Na reunião de cúpula extraordinária da Unasul, ocorrida entre 03 e 04 de maio de 2010 em Los Cardales (Argentina), os assuntos a serem discutidos eram a candidatura de Néstor Kirchner ao cargo de Secretário-Geral da Unasul; a situação no Paraguai, onde o presidente Fernando Lugo declarou estado de exceção em cinco Estados; o tráfico de drogas na região sul-americana; o apoio à Argentina na disputa pelas ilhas Malvinas; a situação de Honduras após a derrubada do presidente Manuel Zelaya em 28 de junho de 2009; e a continuidade da ajuda ao Haiti e ao Chile, afetados por terremotos, em janeiro e em fevereiro de 2010, respectivamente<sup>42</sup>. Entre as principais resoluções, o ex-presidente Néstor Kirchner foi designado para ocupar o cargo de Secretário-Geral da Unasul, superando uma certa resistência uruguaia. Neste contexto, é importante salientar que o Brasil era a favor da ocupação do cargo pelo ex-presidente argentino. Ademais, no encontro, foram aprovados o Plano de Ação para a Integração Energética Regional, o Projeto de Diretrizes da Estratégia Energética Sul-Americana e a Estrutura do Tratado Energético Sul-Americano.

Em outubro de 2010, realizou-se em Buenos Aires uma reunião extraordinária de Cúpula da UNASUL, convocada em virtude da tentativa de golpe de Estado contra o presidente equatoriano Rafael Correa. Entre as principais resoluções, na declaração final ressaltou-se a necessidade de punir os responsáveis do levante golpista no Equador. O documento, também, advertiu que os governos sul-americanos não tolerariam, sob nenhuma hipótese, qualquer novo desafio à autoridade constitucional ou tentativa de golpe ao poder

---

<sup>40</sup> O PRESIDENTE Tabaré Vazquez rejeitou a candidatura de Kirchner devido ao conflito das papeleiras entre Argentina e Uruguai. Fonte: Néstor Kirchner pode assumir cargo na Unasul. **A Tarde Online**. 01 maio 2010. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/economia/noticia.jsf?id=2308265>>. Acessado em 19 março 2011.

<sup>41</sup> SOLIDARIDAD de Unasur con Haití. Decisión de Quito. **Portal Unasur**. Disponível em: <[http://www.comunidadandina.org/unasur/dec\\_unasur\\_haiti.pdf](http://www.comunidadandina.org/unasur/dec_unasur_haiti.pdf)>. Acessado em 30 março 2011.

<sup>42</sup> CARMO, Marcia. Unasul se reúne e deve ratificar Néstor Kirchner como Secretário-Geral. **Folha Online**. 04 maio 2010.

civil legitimamente eleito<sup>43</sup>. Por fim, no sexto item da declaração, acordou-se adotar, durante 4ª Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL, um Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo do bloco que estabelecesse a Cláusula Democrática<sup>44</sup>.

Em novembro de 2010, durante a 10ª Conferência do Forte de Copacabana, o ministro de Defesa brasileiro, Nelson Jobim, repudiou a estratégia dos Estados Unidos de ampliar a atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para todo o Oceano Atlântico. O ministro conclamou os países sul-americanos a não aceitarem tal proposta e declarou que a América do Sul deveria construir um sistema de dissuasão a ameaças externas. O Ministro Jobim também ressaltou que Washington não havia assinado a Convenção sobre Direito do Mar das Nações Unidas, de modo que os países da região não teriam garantias jurídicas de que o ato da OTAN respeitaria sua soberania marinha<sup>45</sup>.

Na quarta reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL, ocorrida nos dias 24 e 26 de novembro de 2010, os líderes da Unasul aprovaram em Georgetown (Guiana), sua Carta Democrática<sup>46</sup>. Este protocolo serviria como base legal para a aplicação de sanções aos países sul-americanos cuja ordem institucional fosse rompida ou ameaçada por golpes de Estado. Ademais, a nação ameaçada ou afetada por tais golpes também seria suspensa da Unasul. Contudo, a ação do bloco devia ocorrer apenas quando o país em questão pedisse sua ajuda. Neste encontro, discutiram-se, entre outros temas, mecanismos para prevenir e sancionar golpes de Estado em países membros. Além disso, a reunião marcou o início da presidência temporária da Guiana, a qual sucedeu o Equador. De acordo com Samuel Hints, premiê da Guiana, a participação do país, uma ex-colônia britânica, na Unasul chama a atenção internacional. A principal resolução foi a aprovação do “Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da Unasul sobre Compromisso com a Democracia”, isto é, um pacote de medidas com punições a países sul-americanos que rompessem com a ordem democrática.<sup>47</sup>

No dia 30 de novembro de 2010, o Senado do Uruguai aprovou o Tratado Constitutivo da Unasul<sup>48</sup>. Cumpriu-se, assim, o requisito de nove ratificações para a entrada em vigor do documento, a qual se efetivou em março de 2011. Já o Brasil aderiu ao tratado da Unasul em

<sup>43</sup> UNASUL condena tentativa de “golpe” contra Rafael Correia. **Terra Notícias**. 01 outubro 2010.

<sup>44</sup>DECLARACIÓN de Buenos Aires sobre la situación en Ecuador. **Portal Unasur**. Disponível em <<http://www.comunidadandina.org/unasur/30-9-10ecuador.htm>>. Acessado em 30 março 2011.

<sup>45</sup> JOBIM repudiou a proposta dos EUA para ampliação da atuação da OTAN. **Folha de S. Paulo – Poder**. 04 novembro 2010.

<sup>46</sup> UNASUL aprovou cláusula contra golpes de Estado. **Correio Braziliense – Mundo** – 26/11/2010.

<sup>47</sup> UNASUL discute medidas contra golpes de Estado na região. **Uol Notícias**. 25 novembro 2010.

<sup>48</sup> TRATADO da Unasul foi aprovado no Uruguai. **Correio Braziliense – Mundo**. 01 dezembro 2010.

julho de 2011. A promulgação torna o Brasil subordinado juridicamente às regras do tratado e membro pleno do bloco. O Congresso brasileiro foi o décimo a avaliar o documento, ainda restando, em agosto de 2011, Colômbia e Paraguai.

### **Considerações finais**

A América Latina, em especial a América do Sul, vem despertando a atenção internacional nos últimos anos. A região tem sido visitada por governantes de diversos países e regiões, a mídia tem dado certo destaque aos assuntos latino-americanos e percebe-se uma retomada dos investimentos na região. Por outro lado, percebe-se que a América Latina vem passando por processos políticos novos, que demonstram sua capacidade de reafirmação e certa autonomia diante das grandes potências.

Com a crise do neoliberalismo no final dos anos 1990, na esteira das crises econômicas, das dificuldades em avançar nas rodadas de negociação na OMC, na crescente visibilidade do protecionismo dos países centrais, foi ocorrendo a emergência de um novo modelo. Amparado em forças nacionalistas, partidos e movimentos populares e de esquerda, denunciou-se as crises internacionais, o unilateralismo norte-americano nas guerras do Afeganistão e do Iraque e o protecionismo dos países ricos. A saída foi aprofundar o processo de integração entre os países latino-americanos e retomar o desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social.

Por outro lado, a combinação de democracia e desigualdade social permitiu a emergência de novos atores sociais. Depois da eleição de Hugo Chavez na Venezuela (1998) e da primeira eleição de Lula no Brasil (2002), irradiou-se pelo continente a ascensão de governos críticos (embora com importantes nuances) ao modelo neoliberal, marcando, assim, a ascensão de nova fase para a América latina. Nesse sentido, venceram as eleições Nestor Kichner na Argentina (2003), Tabaré Vasquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Fernando Lugo no Paraguai (2008), Mauricio Funes em El Salvador (2009) e Ollanta Humala no Peru (2011). É perceptível que a mudança está nucleada na América do Sul, mas que já está refletindo no conjunto da América Latina.

Um dos pontos de virada, que marca a política interamericana, foi a resistência crescente ao projeto dos Estados Unidos de formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca). As negociações da Alca haviam iniciado em 1994 e sofreram resistência de muitos países, inclusive o Brasil, que procurou evitar que o Mercosul fosse diluído no projeto

norte-americano. Também há o surgimento da Alternativa Bolivariana das Américas (Alba), articulado por Venezuela e Cuba e que já conta com a participação de diversos países.

Além do Mercosul e da Alba, a resposta veio com o projeto de integração da América do Sul, lançado em 2000 na primeira cúpula de presidentes sul-americanos. Essa proposta avançou e, desde 2007, está sendo construída a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Com o fracasso da ALCA, evidenciado na Cúpula de Mar Del Plata, em 2005, os EUA intensificaram a estratégia de minar o projeto de integração latino-americana, oferecendo tratados de livre comércio bilaterais. Na América do Sul, esta estratégia seduziu alguns países, como Chile, Colômbia e Peru. Entretanto, estes países também têm participado do processo de integração na América do Sul, revelando a atratividade da proposta.

Neste contexto, a última década vivenciou um intenso processo negociador entre os países sul-americanos, para a construção de um processo de integração em multidimensional (físico, energético, comercial e político) e que já se constitui em uma realidade. Embora muitos processos precisem ser aprofundados e diversas hesitações ainda estejam presentes, observa-se um nítido interesse, por parte dos países da região, no sucesso da institucionalização da Unasul. Assim, está sendo aplicada uma política de Estado de longo prazo ao projeto brasileiro e sul-americano, com uma visão realista das relações internacionais, mas sem uma perspectiva de hegemonia realista.

A política externa brasileira em relação ao entorno regional tem como prioridade a reconstrução do Mercosul e a integração sul-americana, criando um espaço para a liderança brasileira. Tendo a integração sul-americana e o Mercosul definidos como prioridade, ofereceu-se aos vizinhos uma parceria para retomar o crescimento da economia, a efetiva integração física (IIRSA) e uma ação estratégica no plano global para reverter a marginalização da região. Portanto, a política de regionalização, que tem como ponto de partida a reconstrução do Mercosul, constituiu parte do projeto de desenvolvimento nacional brasileiro. Por meio da busca de complementaridade no continente, o Brasil procurou fortalecer-se econômica e politicamente. Neste contexto, o principal objetivo do Itamaraty foi mostrar aos países vizinhos que seus interesses nacionais poderiam convergir com os interesses do Brasil na esfera regional.



## Referencias bibliográficas

### Fontes

BRASIL. (Luis Inácio Lula da Silva). Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional. 2003.  
BRASIL. (Luis Inácio Lula da Silva). Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional. 2004.  
BRASIL. (Luis Inácio Lula da Silva). Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional. 2005.  
BRASIL. (Luis Inácio Lula da Silva). Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional. 2006.  
BRASIL. (Luis Inácio Lula da Silva). Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional. 2007.  
BRASIL. (Luis Inácio Lula da Silva). Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional. 2008.  
BRASIL. (Luis Inácio Lula da Silva). Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional. 2009.  
BRASIL. (Luis Inácio Lula da Silva). Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional. 2010.  
SILVA. (2003) Discurso do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional. Brasília, Brasil, 01/01/2003.  
Correio Brasiliense (2003-2010)  
O Estado de São Paulo (2003-2010)  
Folha de São Paulo – Online (2003-2010)

### Bibliografia

ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas e SARAIVA, Miriam Gomes. **A integração Brasil-Argentina no final dos anos 90**. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 1999, vol.42, n.2, p. 18-39.  
BERNAL-MEZA, Raúl. **A política exterior do Brasil: 1990-2002**. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2002, vol.45, n.1, p. 36-7.  
BIZZOZERO, Lincoln. **La inserción internacional de Uruguay en la globalización: una mirada multidimensional frente al nuevo siglo**. Trabalho apresentado ao Seminario Inserción Internacional del Uruguay, Montevideo, 2007.  
BURGES, Sean W. Consensual hegemony: theorizing brazilian foreign policy after the Cold War. *International Relations*, Vol. 22, No. 1, 65-84 (2008)  
CERVO, Amado. **A Política Exterior de Cardoso à Lula**. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2006, vol.46, n.1, p. 5-11.  
CERVO, Amado. **Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso**. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2002, vol.45, n.1, p. 5-35.  
CERVO, Amado. **Relações Internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

- COUTINHO, Marcelo; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; KFURI, Regina. **Indicadores e Análise Multidimensional do Processo de Integração do Cone Sul.** *Rev. Bras. Polít. Int.* [online]. 2008, vol.51, n.2, p. 98-116.
- COUTO, Leandro. Relações Brasil-América do Sul: a construção inacabada de parceria com o entorno estratégico. In: LESSA, Antônio e ALTEMANI, HENRIQUE (Orgs). **Parcerias estratégicas do Brasil.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- FERREIRA, Wallace. Política Externa do Governo Lula: Coalizões ao Sul como Alternativa Multilateral. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 100-125, jan/jun.2009.
- GEHRE, Thiago. **América do Sul - A Ideia Brasileira em Marcha** - Coleção Relações Internacionais. Editora Juruá. 2009.
- HIRST, Monica. A dimensão política do Mercosul: especificidades nacionais, aspectos institucionais e actores sociais. In: Guilherme d'Oliveira Martins et al., **A Integração Aberta**, Lisboa, IEEI/Fórum Euro-Latino-Americano, 1995.
- HIRST, Mônica.. **Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades.** FGV, 2009.
- LLADÓS, José María e Guimarães, Samuel Pinheiro (orgs.). **Perspectivas; Brasil y Argentina.** Buenos Aires: CARI, 1999.
- MAIOR, Luiz A. P. Souto. **O Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem mundial em transição.** *Rev. bras. polít. int.* 49(2): 42-59, ND. 2006 Dec.
- MOREIRA, Luiz Felipe, QUINTEROS, Marcela, SILVA, André Reis. **Relações Internacionais da América Latina.** Petrópolis: Vozes, 2010.
- NARLIKAR, Amrita; HURREL Andrew; LIMA, Maria Regina Soares; SPEKTOR, Matias; HIRST Monica ; MACFARLANE Neil ; FOOT Rosemary. **Os Brics e a ordem global.** Ed. FGV. 2009. ISBN: 978-85-225-0718-4
- PARADISO, José. **Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.
- RÓTULO, Daniel. **Uruguay y su poder de negociación como socio pequeño en el Mercosur.** *Revista de Ciências Sociais.* 2002, ano.15, nº20, p. 1-15.
- SARAIVA, Miriam Gomes e BRICENO RUIZ, José. **Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul.** *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2009, vol.52, n.1, pp. 149-166.
- SATO, Eiiti. **As negociações da ALCA: Condicionamentos e Expectativas.** Trabalho apresentado no Seminário Internacional: El Area de Libre Comercio de las Americas y sus Repercusiones en America Latina., La Paz, 2003.

SILVA, André Reis. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso**. Curitiba: Juruá, 2009.

SEVERINO, Cabral. **O Brasil no Século XXI: Soberania Nacional, Autonomia e Projeção Mundial como Resposta ao Desafio da Mundialização**. 2006. Trabalho apresentado ao VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro, 2006.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.